



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
- Estado da Bahia -

GABINETE DO VEREADOR ALBÉRIO FAUSTINO FARIAS

PROJETO DE LEI Nº _____ DE 2023.

“Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO MACAMBIRA MUNICIPIO DE PAULO AFONSO-BA e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Paulo Afonso, no uso das suas atribuições legais aprova.

Art. 1º- Fica reconhecido de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO MACAMBIRA MUNICIPIO DE PAULO AFONSO-BA, fundada em 04 de novembro de 1997, situada no Povoado Macambira. Zona Rural de Paulo Afonso BA, s/n, CEP 48619-899, CNPJ: 02.209.890/0001-71.

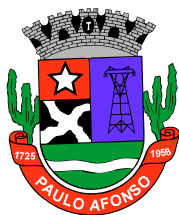
Parágrafo único – o reconhecimento de que trata o Art. 5º desta Lei, segue os critérios adotados pela Lei Municipal nº 967/2003.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 01 de agosto de 2023

Albério Faustino Farias
- Vereador -



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
- Estado da Bahia -

Justificativa

Justifica-se a devida propositura posto que a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO MACAMBIRA MUNICIPIO DE PAULO AFONSO-BA é uma Associação Civil de caráter associativo, sem fins lucrativos, fundada em; que vem desenvolvendo com dedicação todas as importantes finalidades e objetivos previstos no Estatuto Social.

A concessão do Título de Utilidade Pública a entidades, fundações ou associações civis significa o reconhecimento do poder Público de que as instituições, em consonância com o seu objetivo social, são sem fins lucrativos e prestadoras de serviços à coletividade.

Pelo exposto, espero aprovação unanime da devida matéria.

Cordialmente

Albério Faustino Farias
- Vereador -

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO
MACAMBIRA**

CNPJ: 02.209.890/0001-71

Ofício

Exmº Sr.

Albério Faustino Farias

M.D Vereador da Câmara Municipal de Paulo Afonso – BA

Nesta,

Ao tempo em que Cumprimentamos a V.Sa. Solicitamos o apoio no sentido de oficializar esta associação com a Lei Municipal de reconhecimento de Utilidade Pública.


Aproveitamos o ensejo para apresentar a V.Sa. Os protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,



José Amancio Neto

Presidente de Associação

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.209.890/0001-71 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/11/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOC COMUN DE PROD RURAIS DA MACAMBIRA DE PAULO AFONSO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACPRMPA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO POVOADO MACAMBIRA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO POVOADO	
CEP 48.601-190	BAIRRO/DISTRITO MACAMBIRA	MUNICÍPIO PAULO AFONSO	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 11/07/2023 às 10:05:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVOS	Pág. 2
CAPÍTULO II	DOS ASSOCIADOS	Pág. 3
-SEÇÃO I	DA ADMISSÃO, DO DESLIGAMENTO E DA EXCLUSÃO	Pág. 3
-SEÇÃO II	DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES	Pág. 4
-SEÇÃO III	DA REPRESENTAÇÃO	Pág. 5
CAPÍTULO III	DO PATRIMÔNIO	Pág. 6
CAPÍTULO IV	DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	Pág. 6
-SEÇÃO I	DA ASSEMBLÉIA GERAL	Pág. 6
-SEÇÃO II	DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ..	Pág. 9
CAPÍTULO V	DA GERÊNCIA	Pág. 14
CAPÍTULO VI	DA CONTABILIDADE	Pág. 14
CAPÍTULO VII	DA DISSOLUÇÃO	Pág. 14
CAPÍTULO VIII	DOS LIVROS	Pág. 15
CAPÍTULO IX	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	Pág. 15

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º - A associação dos produtores rurais macambira, inscrita no CNPJ nº 02.209.890/0001-71, fundada em 04 de novembro de 1997, com sede ao povoado macambira, s/n, área rural, cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia, CEP: 48619-899. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que se regerá por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A Associação terá a sua sede na comunidade rural do povoado macambira, município de Paulo Afonso Estado da Bahia.

Art. 3º - O prazo de duração da Associação é por tempo indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 4º - É objetivo da Associação o exercício de mútua colaboração entre os sócios, visando à prestação, pela entidade, de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e para melhorar as condições de vida de seus integrantes, com especial ênfase na divulgação de matérias relacionadas a técnicas de produção e manejo, mercado e preços, melhoria de qualidade e de produtividade, somado de assistência jurídica, educacional e médica.

Art. 5º - Para consecução do seu objetivo, a Associação poderá:

a). adquirir ou alugar imóveis para instalações administrativas, tecnológicas, de apoio à produção e à sua guarda e conservação da produção dos associados;

b). negociar, no interesse comum, a venda da matéria produzida pelos associados e, de igual modo, orientar compras de insumos utilizados pelos associados, em especial, fertilizantes, calcário, sementes e rações;

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

c). manter, na medida do possível, serviços de assistência médica, dentária, recreativa e educacional, podendo, para tanto, celebrar convênios com entidade pública, empresas ou profissionais qualificados;

d). filiar-se a outras entidades congêneres sem perder sua individualidade e poder de decisão;

e). contratar serviços especializados, a exemplo de agrônomo, advogado, contador, técnico agrário, médicos, dentistas, ente outros.

CAPÍTULO II
DOS ASSOCIADOS
SEÇÃO I

DA ADMISSÃO, DO DESLIGAMENTO E DA EXCLUSÃO

Art. 6º - Podem ser sócios da Associação produtores rurais, incluindo parceiros e arrendatários, que concordem com as disposições deste Estatuto e que, pela ajuda mútua, assumam o compromisso de contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade.

§ 1º - A Associação somente terá efetivo funcionamento se contar com um número de associados não inferior a 15 (quinze).

§ 2º - A admissão de associado deverá ser aprovada pela Diretoria, podendo condicionar-se à efetiva capacidade de mútua colaboração do candidato para realização dos objetivos da Associação.

Art. 7º - O desligamento do associado do quadro social será formalmente requerido ao Presidente da associação, não podendo ser negado.

REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS DE PAULO AFONSO / BA
MARIA LEMY BATISTA BARRÊLO DE FREITAS - OFICIALA
ISAMARA VIEIRA DE FARIAS - ESCRIVENTE AUTORIZADA



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

Art. 8º - O associado deverá desligar-se da Associação se deixar de atender aos requisitos exigidos para a sua admissão ou de permanência no quadro de associados.

Art. 9º - A exclusão será aplicada pela Diretoria ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, devendo haver imediata notificação por escrito ao associado.

§ 1º - O associado excluído poderá recorrer para a Assembléia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contando da Data do recebimento da notificação.

§ 2º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembléia Geral.

§ 3º - A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 1º deste artigo, pelo prazo não inferior a 2 anos.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

Art. 10º - São direitos do associado:

- a). participar dos programas de benefícios e gozar de outras vantagens que a Associação venha realizar ou conceder;
- b). votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal;
- c). participar das reuniões na Assembléia Geral, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

d). ter acesso aos livros e documentos fiscais, contábeis e de controles administrativos, nas épocas próprias, mediante requerimento prévio;

e). solicitar, ou qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da associação e propor medidas de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;

f). convocar a Assembléia Geral e fazer nela representar, nos termos e nas condições previstas neste estatuto;

g). desligar-se da associação quando lhe convier.

Parágrafo Único - O associado, que estabelecer relação empregatícia com a associação, perder o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que deixar o emprego.

Art. 11 - É dever de todo associado:

a). observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Diretoria e pela Assembléia Geral;

b). respeitar os compromissos assumidos para com a Associação;

c). manter-se em dia com as suas contribuições;

d). contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para proteger o bom nome e o progresso da Associação.

Art. 12 - Os associados não responderão por obrigações contraídas pela Associação, salvo se espontânea, individual e expressamente se obrigar.

SEÇÃO III
DA REPRESENTAÇÃO

REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS DE PAULO AFONSO / BA
MARIA LENY BATISTA BARROS DE FREITAS - OFICIALA
ISAMARA VIEIRA DE FARIAS - ESCREVENTE AUTORIZADA



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

Art. 13 - O associado, por justo e comprovado impedimento, poderá fazer-se representar na Assembléia Geral por outro associado, mediante mandato escrito, desde que estejam ambos em pleno gozo de seus direitos sociais.

Parágrafo único - O mandatário não poderá ser ocupante de cargo eletivo na associação, nem representar, em uma mesma reunião, mais de 1 (um) associado.

**CAPÍTULO III
DO PATRIMÔNIO**

Art. 14 - O patrimônio da Associação será constituído por:

- a). pelos bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- b). por auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou particular;
- c). por contribuições mensais de associados, nos termos em que forem estabelecidas pela Assembléia Geral;
- d). por receitas ou resultados provenientes de prestação de serviços ou de contraprestação em programas assistenciais.

**CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS SOCIAIS
SEÇÃO I
DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Art. 15 - A Assembléia Geral dos associados é órgão soberano em qualquer decisão de interesse da Associação, nos limites do que dispuser a lei e na conformidade deste Estatuto.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

Art. 16 - A Assembléia reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada nos termos deste Estatuto.

Art. 17 - Compete à Assembléia Geral Ordinária, privativamente:

- a). apreciar e votar o Relatório, Balanço e Contas da Diretoria e o Parecer do Conselho Fiscal;
- b). eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c). fixar o valor da contribuição mensal dos associados.

Art. 18 - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

- a). deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e, neste caso, nomear os liquidantes e, após examinar, votar as suas contas;
- b). decidir sobre a mudança de objetivos e reforma do Estatuto Social;
- c). autorizar a diretoria qualquer alienação ou gravame a bens imóveis.

Art. 19 - É da competência da Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, a destituição da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Associação, a Assembléia poderá designar diretores e conselheiros fiscais provisórios, que exercerão suas atividades até a posse dos novos titulares, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

Art. 20 - O quórum para instalação da Assembléia Geral será de 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação e de qualquer número, em segunda convocação.

Parágrafo Único - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes, executando-se os casos previstos no art. 18, em que é exigida a maioria de 2/3 (dois terços).

Art. 21 - A Assembléia será normalmente convocada pelo Presidente, mas se ocorrem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada, em conjunto, pelos outros membros efetivos da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, após solicitação não atendida.

Art. 22 - A Assembléia Geral será convocada com a antecedência mínima de sete dias, mediante aviso enviado aos associados e afixados nos lugares públicos mais frequentados.

§1º - Todas as comunicações e avisos, terão validade se feitos por aplicativos de mensagem, a exemplo do WhatsApp, desde que o contato de envio tenha sido informado pelo próprio associado a mesa diretora.

§2º - a informação de contato digital, será fornecida pelo próprio associado, no ato do seu ingresso na associação ou a qualquer tempo a mesa diretora ocorrendo mudança de contato.

Art. 23 - A Mesa da Assembléia será constituída pelos membros da Diretoria, ou, na sua falta ou impedimento, por membros do Conselho Fiscal. Quando a Assembléia não tiver sido convocada pelo Presidente, a Mesa será constituída por três associados escolhidos na ocasião.

Art. 24 - Cada associado terá direito a um voto e a votação, em regra, será feita por aclamação. A Assembléia pode, no entanto, optar pelo voto

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

PAULO AFONSO BAHIA

CNPJ nº 02.209.890/0001-71

individual ou secreto, atendendo-se então às normas usuais, ressalvado a disposição do art. 13.

Art. 25 - O que ocorrer nas reuniões de Assembléia deverá constar de ata, lida e assinada pelos membros da Diretoria do Conselho Fiscal presentes, por uma comissão de três associados designados pela Assembléia e por quantos o queiram fazer.

SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 26 - A administração e fiscalização da Associação serão exercidas, respectivamente, pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal.

Art. 27 - A Diretoria será constituída por seis membros efetivos, com as designações de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, eleitos para mandatos de dois anos, entre associados em pleno gozo de seus direitos sociais, sendo permitido até (4) quatro reeleições.

Parágrafo Único - Nos impedimentos superiores a noventa dias, ou vagando, a qualquer tempo, algum cargo da Diretoria, os membros restantes deverão convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Art. 28 - Compete à Diretoria, em especial:

- a). estabelecer normas e orientar e controlar todas as atividades e serviços da Associação;
- b). analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimentos;

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

- c). propor à Assembléia Geral o valor da contribuição mensal dos associados e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;
- d). contrair obrigações, adquirir, alienar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- e). adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembléia Geral;
- f). deliberar sobre a admissão, desligamento ou exclusão de associados;
- g). indicar o banco ou os bancos nos quais devem ser mantidas as contas-correntes para movimentação dos recursos financeiros da Associação;
- h). fixar o limite máximo de numerário que poderá ser mantido em caixa;
- i). zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas pela Assembléia Geral;
- j). apresentar à Assembléia Geral Ordinária o relatório e as contas de sua gestão, bem como o parecer do Conselho Fiscal.

Art. 29 - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, preferencialmente no segundo sábado do mês e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo respectivo Presidente, pelos outros membros efetivos, em conjunto, ou por solicitação do Conselho Fiscal.

§ 1º - A Diretoria considerar-se-á reunida com a participação de, pelo menos, quatro de seus membros, desde que devidamente convocada, prevalecendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

§ 2º - Será lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os diretores presentes.

Art. 30 - Compete ao Presidente:

- a). supervisionar as atividades da associação;
- b). autorizar os pagamentos e fiscalizando permanentemente o saldo do caixa;
- c). convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- d). apresentar à Assembléia Geral, o relatório e dos balanços anuais, bem como parecer do Conselho Fiscal;
- e). representar a Associação, em juízo e fora dela;
- f). exercer outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno;
- g). Elaborar resoluções interna, de acordo com a necessidade de melhoramento da associação;
- h). o Vice-Presidente, além de sua condição de diretor, assumirá as funções do Presidente, por delegação temporária deste ou por qualquer impedimento do mesmo.

Art. 31º - Compete ao 1º Secretário:

- a). lavrar ou mandar lavrar as atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, tendo sob sua responsabilidade os respectivos livros;

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

b). elaborar ou mandar elaborar as correspondências, relatórios e outros documentos análogos;

c). outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno;

d). o 2º Secretário, além de sua condição de diretor, assumirá as funções do Diretor- Secretário em eventual impedimento do mesmo.

Art. 32 - Compete ao 1º Tesoureiro:

a). zelar para que a contabilidade da associação seja mantida em ordem e em dia;

b). arrecadar as receitas e depositar o numerário disponível no banco ou nos bancos designados pela Diretoria;

c). proceder os pagamentos autorizados pelo Presidente;

d). proceder ou mandar proceder à escrituração contábil e fiscal;

e). verificar e visar os documentos de receitas e despesas;

f). zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais tributárias, previdenciária e outras dívidas de responsabilidade da associação;

g). outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno;

h). o 2º Tesoureiro, além de suas funções de diretor, assumirá as funções do Diretor- Tesoureiro em caso de impedimento do mesmo.

Art. 33 - O Regimento Interno estabelecerá normas da administração interna da Associação, obedecidos o que este estatuto dispuser.

REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS DE PAULO AFONSO / BA
MARIA LENT BATISTA BARBOSA DE FREITAS - OFICIALA
ISAMARA VIEIRA DE FARIAS - ESCRIVENTE AUTORIZADA



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

Art. 34 - Para celebração de contratos de qualquer natureza, cessão de direitos e constituição de mandatários, será sempre necessária a assinatura dos diretores, sendo um deles necessariamente o Presidente ou seu substituto.

Art. 35 - O Conselho Fiscal da Associação será constituído por três membros efetivos e três suplentes eleitos para mandato de dois anos, sendo também permitida (4) quatro reeleições.

§ 1º - Os suplentes serão chamados a substituir os efetivos toda vez em que ocorrer vaga ou impedimento destes.

§ 2º - Em sua primeira reunião o Conselho escolherá o Presidente e o Secretário, entre seus próprios membros.

Art. 36 - Compete ao Conselho Fiscal, em especial:

- a). examinar a escrituração e toda a situação financeira da associação;
- b). assistir às reuniões da Diretoria, sempre que desta faculdade queira usar, onde poderá manifestar-se, porém, sem direito a voto;
- c). verificar se os atos da Diretoria e da Gerência estão em harmonia com a lei e com o Estatuto e se não são contrários aos interesses dos associados;
- d). convocar a Assembléia Geral quando ocorrerem motivos graves ou urgentes;
- e). dar parecer por escrito, sobre o relatório, balanço e contas anuais representadas pela Diretoria.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

Art. 37 - O Conselho Fiscal terá sua reunião ordinária a cada semestre e as reuniões extraordinárias quando convocado pelo Presidente, por qualquer outro de seus membros ou por solicitação.

§ 1º - O Conselho considerar-se-á reunido com a participação de todos os seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

§ 2º - Será lavrada a ata de cada reunião em livro próprio, na qual serão indicados os nomes dos que comparecerem bem como as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

CAPÍTULO V
DA GERÊNCIA

Art. 38 - As atividades da associação poderão ser realizadas, em nível de execução, por um gerente escolhido e contratado pela Diretoria, dentre elementos de reconhecida experiência e capacidade administrativa.

§ 1º - As atribuições do Gerente serão estabelecidas no Regimento Interno.

§ 2º - O Gerente comparecerá, obrigatoriamente, sem direito a voto, às reuniões da Diretoria e à Assembléia Geral, salvo justificado impedimento.

CAPÍTULO VI
DA CONTABILIDADE

Art. 39 - A contabilidade da Associação obedecerá às disposições legais vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em perfeita ordem e em dia. As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço geral será lançado em 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO

Art. 40 - A Associação será dissolvida quando o número de associados se reduzir a menos de dez, se este número não for restabelecido no prazo de 12 (doze) meses, ou por vontade manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para efeito, observando-se o disposto no parágrafo único do art. 20.

Art. 41 - Em caso de dissolução, liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não deverá ser distribuída entre os associados, sendo doado a instituição congênere, legalmente constituída, para ser aplicada nas mesmas finalidades da associação dissolvida.

CAPÍTULO VIII DOS LIVROS

Art. 42 - A associação deverá ter:

- a). Livro de matrícula de associados ou ficha;
- b). Livro de Atas de Reunião da Diretoria e Conselho Fiscal;
- c). Livro de atas de reunião das assembleias Gerais;
- d). Livro Caixa;

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - É vedada a remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

Art. 44 - A Associação não distribuirá dividendos de espécie algum, nem de qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas vendas, a títulos de lucro ou participação no seu resultado, aplicando-se os eventuais resultados positivos no apoio à ampliação de suas atividades dentro dos objetivos sociais previstos neste Estatuto.

Parágrafo Único – As operações de créditos realizado pela a associação, serão regulamentadas em votação simples, desde sua aplicação ao seu pagamento, não incidindo o art. 43.

Art. 45 - O presente Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral de constituição, realizada nesta Data, durante a qual foram também eleitos os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, cujos mandatos terminarão em dois anos, na segunda semana do mês de fevereiro.

Art. 46 - Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada, e observando-se o disposto no parágrafo único do art. 20º.

Art. 47 – Nos casos omissos neste estatuto, aplica-se a lei federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, no auxílio para deliberar em assembleia, prevalecendo a disposição em assembleia.

Art. 48 – Revoga-se as disposições em contrário, vigorando o presente estatuto da associação rural da macambira, após o registro no cartório civil de pessoas jurídicas da comarca de Paulo Afonso-BA.

Paulo Afonso, Bahia, 19 de fevereiro de 2022.

Paulo Afonso PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
Adriana de Farias de Alcantara 1º SECRETÁRIO(A)

Fabiane Alves Teixeira Amaral
1º TESOUREIRO(A)

Paulo Afonso ADVOGADO(A)
Paulo Afonso

REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS DE PAULO AFONSO / BA
MARIA LENY BATISTA DE FREITAS - OFICIALA
ISAMARA VIEIRA DE FARIAS - ESCRIVENTE AUTORIZADA



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA
PAULO AFONSO BAHIA
CNPJ nº 02.209.890/0001-71

ASSOCIADOS:

NOME	CPF	ASSINATURA
João da Silva	003.039.284-05	João da Silva
Deomário Farias de Alcantara	049.207.115-22	Deomário Farias de Alcantara
Faustino B de Souza	82.843392853	Faustino B de Souza
Ypr Rimale dos Santos	99373585-68	Ypr Rimale dos Santos
Maria Domiana dos S	994077015-49	Maria Domiana dos S
Maria Lúcia dos S	005.566.775-95	Maria Lúcia dos S
Maria Aparecida dos S	845.862.305.68	Maria Aparecida dos S
João Batista Teixeira	317.493.935-49	João Batista Teixeira
Maria Paiva Pereira S	013844335-11	Maria Paiva Pereira S
Raula Farias de Alcantara	062.603.545-91	Raula Farias de Alcantara
Adeliane Rina Teixeira	099.807.285-10	Adeliane Rina Teixeira
Elanice Alves Teixeira	011.408.615.06	Elanice Alves Teixeira
José Afonso do	317.027.155-34	José Afonso do
Fabiane Alves Teixeira Amorim	344.692.338-11	Fabiane Alves Teixeira Amorim
Vanderleia dos Santos Souza	643.574.495/53	Vanderleia dos Santos Souza
Zolir Alencar	5346769849	Zolir Alencar
Zolir Alencar	5346769849	Zolir Alencar
Luizmar de Alcantara	64945120463	Luizmar de Alcantara
Vanderleia Soares Gonzaga	028.634.715-62	Vanderleia Soares Gonzaga
Matilde Soares Gonzaga	643573845-91	Matilde Soares Gonzaga

[illegible]

18/18

REGISTRO
FLS. 18/19
PAULO AFONSO-BA

CARTORIO DE PESSOAS JURIDICAS DA COMARCA DE PAULO AFONSO / BA
Rua Santos Dumont, nº 77 C, Centro

Maria Leny Batista Barros de Freitas
Oficiala

CERTIFICA, que o presente título foi protocolado sob o n. **6096** LIVRO A: 0 Pag: 0 em **27/04/2022**
e registrado nesta data sob o n. **301**, no LIVRO A: 0 Pag: 0 conforme segue: DAJE Nº: 2904 002 050328
Averbação Nº: **6**

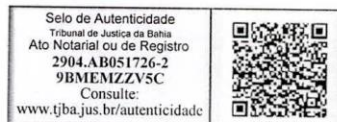
Apresentante.....: **ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA DE PAULO AFONSO**

Valor Base.....: R\$ 0,00

Natureza do Título.....: **REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL**

Emolumentos	R\$	202,40
Taxa Fiscalização	R\$	143,73
FECOM	R\$	55,31
Def. Pública	R\$	5,37
PGE	R\$	8,04
FMMPBA	R\$	4,19

TOTAL GERAL.....: R\$ 419,04



REGISTRO INTEGRAL DA REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA,
PAULO AFONSO-BA CNPJ: 02.209.890/0001-71.

Paulo Afonso, 03 de Maio de 2022.

Isamara Vieira de Farias
ISAMARA VIEIRA DE FARIAS
ESCREVENTE AUTORIZADA

REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS
JURIDICAS DE PAULO AFONSO / BA
MARIA LENY BATISTA BARROS DE FREITAS - OFICIALA
ISAMARA VIEIRA DE FARIAS - ESCRIVENTE AUTORIZADA



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA SANEAR O PERÍODO VAGO SEM MANDATO VIGENTE, LEITURA E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO SOCIAL REFORMADO, E REALIZAR NOVA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO RURAL DA MACAMBIRA, COM CNPJ Nº 02.209.890/0001-71, MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, ESTADO DA BAHIA

Associação dos Produtores Rurais Macambira, inscrita no CNPJ nº 02.209.890/0001-71, bem como com inscrição municipal nº 5816, com sede na comunidade rural do povoado macambira, município de Paulo Afonso Estado da Bahia, em reunião de assembleia geral, realizada nos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte dois, com mais de (2/3) dos sócios presentes, para presidir a assembleia foi escolhido pelos presentes o senhor JOSE AMÂNCIO NETO. Iniciado os trabalhos o presidente da assembleia fez uma breve explanação sobre a importância de se realizar a presente reunião, que proporcionará que a entidade continue o regular exercício de suas atividades. Dando continuidade, foram propostos os temas em pautas para deliberação, conforme acordado na reunião de dezembro e janeiro, e em conformidade com edital de convocação, data no segundo sábado do mês de janeiro de 2022, fixado na sede da associação, ou seja: 1) Justificação do Período vago sem mandato vigente (ata Saneadora); 2) Leitura e Aprovação do Novo Estatuto Social Reformado; 3) Eleição e posse da nova diretoria executiva e conselho fiscal. Quanto ao período Vago, foi esclarecido que desde janeiro de 2018 a dezembro de 2021, a entidade se encontra sem mandato regular vigente, explicou ainda que ocorreu somente a prorrogação automática do mandato da última diretoria até o presente momento. O presidente e a diretoria vêm, declarar, ter ciência e assumir juntamente com os membros da diretoria, sob pena de lei, a responsabilidade civis, tributárias e administrativas no período em que a Pessoa jurídica ficou sem representação. Declaro ainda que os mandatos vencidos e precluídos serão supridos pela ata faltante e as mesmas apresentadas nessa serventia para o devido arquivamento. Submetida esta justificação a apreciação desta assembleia, foi aprovada e convalidada, sendo seus termos ratificados por todos os associados presentes. Na sequência foi apresentada o novo estatuto social reformado, após leitura do estatuto social reformado os membros associados aprovaram em sua integralidade o novo estatuto social. Em seguida foi apresentados e aprovado a chapa única, com os seguintes cargos e nomes, a mesa diretora para o biênio de 2022/2024: Presidente, Sr. Jose Amâncio Neto, brasileiro, agricultor, casado, portador do RG nº 462231SSP AL, inscrito no CPF nº 317.027.755.-34, endereçado ao povoado macambira, s/n, área rural, cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia, CEP: 48619-899; Vice-Presidente, Sra. Maria Aparecida dos Santos, brasileira, agricultora, união estável, portadora do RG nº 1321998521-4 SSP BA, inscrita no CPF nº 845.862.305-68 endereçado ao povoado macambira, s/n, área rural, cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia, CEP: 48619-899; 1º Secretaria, Sra. Aderilane Farias de Alcantara, brasileira, agricultora, união estável, portadora do RG nº 1476856133 SSP/BA, inscrita no CPF nº 046.912.625-63 endereçado ao povoado macambira, s/n, área rural, cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia, CEP: 48619-899; 2º Secretaria, Sra. Cleonice Alves Lima Teixeira, brasileira, agricultora, casada, portadora do RG



REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS DE PAULO AFONSO / BA
MARIA LENY BATISTA DOS SANTOS DE FREITAS - OFICIALA
ISAMARA VIEIRA DE FARIAS - ESCRIVENTE AUTORIZADA

1/4
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA SANEAR O PERÍODO VAGO SEM MANDATO VIGENTE, LEITURA E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO SOCIAL REFORMADO, E REALIZAR NOVA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO RURAL DA MACAMBIRA, COM CNPJ Nº 02.209.890/0001-71, MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, ESTADO DA BAHIA

ASSOCIADOS PRESENTES:

NOME	CPF	ASSINATURA
João da Silva	003.039.284-05	João da Silva
Deomário Farias de Alcantara	049.207.115-22	Deomário Farias de Alcantara
José Nélson B. de Souza	82.843.3928-53	José Nélson B. de Souza
Ygor Simão de Santos	99.173.5495-68	Ygor Simão de Santos
Maria Domiana dos Santos	99.407.7015-49	Maria Domiana dos Santos
Marília Lício dos Santos	005.566.775-95	Marília Lício dos Santos
Maria Aparecida dos Santos	845.862.30568	Maria Aparecida dos Santos
João Batista Teixeira	117.493.935-49	João Batista Teixeira
Maria Paiva Pereira Santos	013.844.335-11	Maria Paiva Pereira Santos
Paula Faria de Alcantara	967.603.545-91	Paula Faria de Alcantara
Maria de Jesus dos Santos	036.057.02551	Maria de Jesus dos Santos
Maria de Jesus dos Santos	036.057.02552	Maria de Jesus dos Santos
Adeliane Lima Teixeira	049.807.285-10	Adeliane Lima Teixeira
Cherise Alves Lima Teixeira	011.408.615-06	Cherise Alves Lima Teixeira
José Aécio de Almeida	317.027.755-34	José Aécio de Almeida
Fabiane Alves Teixeira Amorim	344.692.338-11	Fabiane Alves Teixeira Amorim
Vanilde dos Santos Souza	643.574.495153	Vanilde dos Santos Souza
Zenil Alencar	534.676.98549	Zenil Alencar
Guimar de Alcantara	649.451.204-63	Guimar de Alcantara



REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE PAULO AFONSO / BA
MARIA LENY BATISTA FREITAS - OFICIAL
ISAMARA VIEIRA DE FARIAS - ESCRIVENTE AUTORIZADA

3/4
Assinatura

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA SANEAR O PERÍODO VAGO SEM MANDATO VIGENTE, LEITURA E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO SOCIAL REFORMADO, E REALIZAR NOVA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO RURAL DA MACAMBIRA, COM CNPJ Nº 02.209.890/0001-71, MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, ESTADO DA BAHIA

Vanderleia Soares Gonzaga	028.634.715-62	Vanderleia Soares Gonzaga
Matilde Soares Gonzaga	643573845-91	Matilde Soares Gonzaga
William Alves T. Amorim	051897405-79	William Alves T. Amorim
Maria de Lourdes Costa	534751515-53	Maria de Lourdes Costa
Maria de Fátima M. da Silva	124353388-14	Maria de Fátima M. da Silva
Manoel Benedito dos Santos	648977294-91	Manoel Benedito dos Santos
Adelaine F. de Renteria	046912625-63	Adelaine F. de Renteria
Vanildo Soares da Silva	987842445-93	Vanildo Soares da Silva



REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE PAULO AFONSO / BA
MARIA LENY BATISTA RABELO DE FREITAS - OFICIALA
ISAMARA VIEIRA DE FARIAS - ESCRIVENTE AUTORIZADA

[Handwritten signature]
4/4

CARTORIO DE PESSOAS JURIDICAS DA COMARCA DE PAULO AFONSO / BA
Rua Santos Dumont, nº 77 C, Centro

Maria Leny Batista Barros de Freitas
Oficiala

CERTIFICA que o presente título foi protocolado sob o n. 6095 LIVRO A: 0 Pag: 0 em 27/04/2022
e registrado nesta data sob o n. 301 ,no LIVRO A:0 Pag: 0 conforme segue: DAJE Nº: 2904 002 050327
Averbação Nº: 5

Apresentante.....: ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA DE PAULO AFONSO

Valor Base.....: R\$ 0,00

Natureza do Título.....: ATA

Emolumentos	R\$	202,40
Taxa Fiscalização	R\$	143,73
FECOM	R\$	55,31
Def. Pública	R\$	5,37
PGE	R\$	8,04
FMMPBA		4,19
TOTAL GERAL.....:	R\$	419,04



REGISTRO INTEGRAL DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA SANEAR O PERÍODO VAGO SEM MANDATO VIGENTE, LEITURA E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO SOCIAL REFORMADO, E REALIZAR NOVA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO RURAL DA MACAMBIRA, COM CNPJ

Paulo Afonso, 03 de Maio de 2022.

Isamara Vieira de Farias

ISAMARA VIEIRA DE FARIAS
ESCREVENTE AUTORIZADA

REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS DE PAULO AFONSO / BA
MARIA LENY BATISTA BARROS DE FREITAS - OFICIALA
ISAMARA VIEIRA DE FARIAS - ESCRIVENTE AUTORIZADA



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
PARA SANEAR O PERÍODO VAGO SEM MANDATO VIGENTE, LEITURA E
APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO SOCIAL REFORMADO, E REALIZAR
NOVA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO RURAL DA
MACAMBIRA, COM CNPJ Nº 02.209.890/0001-71, MUNICÍPIO DE PAULO
AFONSO, ESTADO DA BAHIA**

Senhoras(es) Associadas(os),

Com fundamento no Art. 17, art. 25 do Estatuto, por meio deste edital, convoco as(os) associadas(os) da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA, para a assembleia geral que será realizada no dia 11 de fevereiro de 2022 a partir das 16 horas, com a seguinte pauta de deliberação: Eleição da nova Diretoria biênio 2022-2024, possibilitando a maior participação de associadas(os). As inscrições das candidaturas, que poderão ser individuais ou por meio de chapa previamente inscrita, estarão abertas até as 16 horas do dia 11 de fevereiro de 2022, na própria sede da associação, indicando a condição de sua inscrição bem como para tratar:

- 1) Tratar sobre a justificção do período vago sem mandato vigente (ata saneadora);
- 2) Eleição e posse da nova diretoria executiva e conselho fiscal;
- 3) Leitura e aprovação do novo estatuto social reformado
- 4) O que ocorrer.

Só estarão aptos a concorrer, bem como, a votar as(os) membras(os) associados que estejam com suas anuidades em dia. Caso alguém se habilite e não esteja com suas obrigações sociais em dia, será automaticamente desabilitada(o) ou não considerado o seu voto.

Paulo Afonso – BA, 19 de dezembro de 2021.


PRESIDENTE


SECRETARIA

Fabiane Alves Teixeira Amaral

Maria de Fátima M. da Silva

Maria Aparecida dos Santos

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
PARA SANEAR O PERÍODO VAGO SEM MANDATO VIGENTE, LEITURA E
APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO SOCIAL REFORMADO, E REALIZAR
NOVA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO RURAL DA
MACAMBIRA, COM CNPJ Nº 02.209.890/0001-71, MUNICÍPIO DE PAULO
AFONSO, ESTADO DA BAHIA**

Senhoras(es) Associadas(os),

Com fundamento no Art. 17, art. 25 do Estatuto, por meio deste edital, convoco as(os) associadas(os) da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA, para a assembleia geral que será realizada no dia 11 de fevereiro de 2022 a partir das 16 horas, com a seguinte pauta de deliberação: Eleição da nova Diretoria biênio 2022-2024, possibilitando a maior participação de associadas(os). As inscrições das candidaturas, que poderão ser individuais ou por meio de chapa previamente inscrita, estarão abertas até as 16 horas do dia 11 de fevereiro de 2022, na própria sede da associação, indicando a condição de sua inscrição bem como para tratar:

- 1) Tratar sobre a justificação do período vago sem mandato vigente (ata saneadora);
- 2) Eleição e posse da nova diretoria executiva e conselho fiscal;
- 3) Leitura e aprovação do novo estatuto social reformado
- 4) O que ocorrer.

Só estarão aptos a concorrer, bem como, a votar as(os) membras(os) associados que estejam com suas anuidades em dia. Caso alguém se habilite e não esteja com suas obrigações sociais em dia, será automaticamente desabilitada(o) ou não considerado o seu voto.

Paulo Afonso – BA, 19 de dezembro de 2021.


PRESIDENTE


SECRETARIA

Fabiane Alves Teixeira Amancio

Maria de Látima M. da Silva

Maria Aparecida dos Santos.

REGISTRO DAS FOLHAS JUDICIAS

OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA

SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA B. DE FREITAS

Av. Apolônio Sales n.º 663

PAULO AFONSO - BA

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

JURACI
EDUCAÇÃO

ESTATUTO

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA
SUB-OF. - MARCELO BATISTA S. DE FREITAS
Av. Apolônio Sales n.º 663
PAULO AFONSO - BA
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

SUMÁRIO

CAPÍTULO	I	Da Denominação, Sede, Duração e Objetivo
CAPÍTULO	II	Dos Associados
- SEÇÃO	I	Da Admissão, Demissão, Eliminação e Exclusão
- SEÇÃO	II	Dos Direitos, Deveres e Responsabilidades
CAPÍTULO	III	Do Patrimônio
CAPÍTULO	IV	Dos Órgãos Sociais
- SEÇÃO	I	Da Assembléia Geral
- SEÇÃO	II	Da Administração e Fiscalização
CAPÍTULO	V	Da Contabilidade
CAPÍTULO	VI	Dos Livros
CAPÍTULO	VII	Da Dissolução
CAPÍTULO	VIII	Das Disposições Gerais

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA

SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA B. DE FREITAS

Av. Apolônio Sales n.º 669

PAULO AFONSO - BA.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Duração e Objetivo

Art. 1º - A Associação dos Produtores Rurais da Macambira é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que se regerá por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A Associação terá sua sede na Comunidade Macambira Município de Paulo Afonso e foro jurídico na Comarca de Paulo Afonso Estado da Bahia.

Art. 3º - O prazo de duração da Associação é por tempo indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 4º - É objetivo da Associação e prestação de qualquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados.

Art. 5º - Para a consecução do seu objetivo, a associação poderá:

a) Adquirir, construir ou alugar os imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de armazenagem e outras;

b) Promover o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação, a industrialização, a assistência técnica e outros serviços necessários à produção, servir de assessora ou representante dos associados na comercialização de insumos e da produção;

c) Manter serviços próprios de assistência Médica, dentária, recreativa, educacional e jurídica, constituindo-se, neste particular, em mandatária dos associados no que diz respeito à ecologia, ao meio ambiente, a defesa do consumidor, ou, com este mesmo objetivo, celebrar convênios com qualquer entidade pública ou privada;

d) Para realização de seus objetivos a Associação pode filiar-se a outras entidades congêneres sem perder sua individualidade e poder de decisão.



REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA
SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA B. DE FREITAS
Av. Apolônio Sales n.º 663
PAULO AFONSO - BA
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

CAPÍTULO II

Dos Associados

SEÇÃO I

Da Admissão, Demissão, Eliminação e Exclusão

Art. 6º - Podem ingressar na associação, os produtores rurais, proprietários, parceiros e arrendatários, que concordem com as disposições deste estatuto e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade.

Parágrafo Único - A admissão poderá ficar condicionada à capacidade técnica de prestação de serviços.

Art. 7º - A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida ao Diretor Presidente, não podendo ser negada.

Art. 8º - A eliminação será aplicada pela Diretoria ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, depois do infrator ter sido notificado por escrito.

Parágrafo 1º - O atingido poderá recorrer para a Assembleia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo 2º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade, no prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 9º - A exclusão do associado, ocorrerá por morte física, por incapacidade civil não suprida, ou ainda por deixar de atender aos requisitos exigidos para a sua admissão ou permanência na Associação.

SEÇÃO II

Dos Direitos, Deveres e Responsabilidade

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA
SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA B. DE FREITAS
Av. Apolônio Sales n.º 663
PAULO AFONSO - BA.
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

Art. 10º - São direitos do associado:

- a) Gozar de todas as vantagens e benefícios que a associação venha a conceder;
- b) Votar e ser votado para membro da diretoria ou Conselho Fiscal, a partir do momento de completar 30 dias como associado;
- c) Participar das reuniões da Assembleia Geral, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem;
- d) Consultar todos os livros e documentos da associação em épocas próprias;
- e) Solicitar, a qualquer tempo, sob compromisso de sigilo, esclarecimentos e informações sobre atividades da Associação e propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- f) Convocar a Assembleia Geral fazer-se nela representar, nos termos e nas condições previstas neste estatuto;
- g) Desmitir-se da associação quando lhe convier.

Parágrafo Único - O associado, que estabelecer relação empregatícia com a associação, perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que deixar o empregado.

Art. 11º - São direitos e deveres do associado:

- a) Observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela diretoria e pela Assembleia Geral;
- b) Respeitar os compromissos assumidos para com a associação;
- c) Manter em dia suas contribuições;
- d) Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e para o progresso da Associação.

Art. 12º - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação, salvo aquelas deliberadas em Assembleia Geral e na forma em que o forem.

CAPÍTULO III

Art. 13º - O patrimônio da Associação será constituído:

- a) Pelos bens de sua propriedade;
- b) Pelos auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira;
- c) Pelas contribuições dos próprios associados, estabelecidas anualmente pela Assembleia Geral;
- d) Pelas receitas provenientes da prestação de serviços.

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

OFICIAL - ANTÔNIO ALMEIDA
SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA B. DE FREITAS

Av. Apolônio Sampaio n.º 663

PAULO AFONSO - BA.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

CAPÍTULO IV

Dos Órgãos Sociais

Art. 14º - A Assembleia Geral dos associados é o Órgão supremo da associação e dentro dos limites legais, e deste estatuto, poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse para a sociedade e suas deliberações vinculam e obrigam a todos ainda que ausentes e discordantes.

Art. 15º - A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, do decorrer do 1º trimestre e, extraordinariamente, sempre que for julgado conveniente.

Art. 16º - Compete à Assembleia Geral Ordinária, em especial:

- Fiscal.
- a) Apreciar e votar o relatório, balanço e contas da diretoria e o parecer do Conselho Fiscal;
 - b) Eleger e empossar os membros da diretoria e do Conselho Fiscal;
 - c) Estabelecer o valor da contribuição anual dos associados;
 - d) Conceder título honoríficos a pessoas físicas ou jurídicas que por sua colaboração à associação o mereça.

Art. 17º - Compete à Assembleia Geral Extraordinária em especial:

- a) Deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;
- b) Decidir sobre a mudança do objetivo e sobre a reforma do Estatuto Social;
- c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Art. 18º - É de competência da Assembleia Geral, ordinária e extraordinária a destituição da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Ocorrendo destituição, que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da associação, a Assembleia poderá designar diretores e conselheiros fiscais provisórios, até a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias, obedecendo o capítulo V e seus artigos.

Art. 19º - O "quorum" para a instalação da Assembleia Geral será de 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação, e de no mínimo 10 (dez) associados, em segunda convocação, uma hora após a primeira.

Parágrafo 1º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes, excetuando-se os casos previsto no art. 17 em que é exigida a maioria de 2/3 (dois terços).

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA
SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA B. DE FREITAS
Av. Apolônio Sales n.º 663
PAULO AFONSO - BA.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

Parágrafo 2º - Cada associado terá direito a um só voto, vedada a representação, e a votação será pelo voto secreto salvo deliberação em contrário da assembleia Geral.

Art. 20º - A Assembleia será normalmente convocada pelo Presidente, mas, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada por qualquer outro membro da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos sociais, após solicitação não atendida.

Art. 21º - A Assembleia Geral será convocada com a antecedência mínima de 7 (sete) dias, mediante aviso enviado aos associados e afixado nos lugares públicos mais frequentados.

Parágrafo Único - A convocação para a Assembleia Geral Ordinária, deverá ser feita com antecedência mínima de 15 dias.

Art. 22º - A mesa da Assembleia será constituída pelos membros da diretoria ou, em suas falhas ou impedimentos, pelos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Quando a assembleia não tiver sido convocada pelo Presidente, a mesa será constituída por 4 (quatro) associados, escolhidos na ocasião.

Art. 23º - O que ocorrer nas reuniões de Assembleia deverá constar de ATA, aprovada e assinada pelos membros de Diretoria e Conselho Fiscal presentes, por uma comissão constituída de 5 (cinco) associados designados pela Assembleia e, ainda, por quantos o queiram fazer.

SEÇÃO II

Da Administração e Fiscalização

Art. 24º - A administração e fiscalização da Associação serão exercidas, respectivamente, por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal.

Art. 25º - A diretoria será constituída por 6 (seis) elementos efetivos, com as designações de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários e 1º e 2º Tesoureiros, eleitos, para um mandato de 2 (dois) anos, entre associados em pleno gozo de seus direitos sociais, permitida uma reeleição, com renovação obrigatória de 1/3 (um terço) dos seus membros.

Parágrafo Único - Nos impedimentos superiores a 90 (noventa) dias, ou vagando, a qualquer tempo, algum cargo da diretoria, os membros restantes deverão convocar a Assembleia Geral para o devido preenchimento.

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA
SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA B. DE FREITAS

Av. Apolônio Sáles n.º 663
PAULO AFONSO - BA.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

Art. 26º - Compete à Diretoria, em especial:

- a) Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da associação;
- b) Analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimento;
- c) Propor à Assembléia Geral o valor da contribuição anual dos associados e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;
- d) Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- e) Adquirir, alienar ou onerar bens móveis, com expressa autorização da Assembléia Geral;
- f) Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação ou exclusão de associados;
- g) Indicar o Banco ou Bancos nos quais deverão ser feitos depósitos do numerário disponíveis e fixar o limite máximo que poderá ser mantido no caixa;
- h) Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas em Assembléia Geral;
- i) Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- j) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária e relatório das contas de sua gestão, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- k) Nomear, dentre os associados, os responsáveis pelos departamentos, que forem criados;

Art. 27º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo Presidente, por qualquer outro de seus membros, ou por solicitação do Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º - A Diretoria considerar-se-á reunida com participação mínima dos seus membros titulares, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

Parágrafo 2º - Será lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Art. 28º - Compete ao Presidente:

- a) Supervisionar as atividades da associação, através de contatos assíduos com os restantes membros da diretoria e com o gerente;
- b) Autorizar os pagamentos e verificar frequente o saldo de "caixa";
- c) Convocar e presidir as reuniões da diretoria e a Assembléia Geral;
- d) Apresentar à Assembléia Geral, o relatório e o balanço anual, com parecer do Conselho Fiscal;
- e) Representar a associação, em juízo e fora dele.

Art. 29º - Compete ao Vice-Presidente assumir e exercer as funções de Presidente, no caso de ausência ou vacância.

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA
SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA J. DE FREITAS
Av. Apolônio Sales n.º 668
PAULO AFONSO - BA.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

Art. 30º - Compete ao Secretário:

- a) Lavrar ou mandar lavrar as atas das reuniões da diretoria e da Assembléia Geral, tendo sob sua responsabilidade os respectivos livros;
- b) Elaborar ou mandar elaborar a correspondência, relatórios e outros documentos análogos;
- c) Zelar para a contabilidade da associação seja mantida em ordem e em dia;
- d) Verificar e visar os documentos de receitas e despesas;
- e) Substituir o Vice-Presidente no caso de ausência ou vacância.

Art. 31º - Compete ao Tesoureiro:

- a) Arrecadar as receitas e depositar o numerário disponível, no banco ou bancos designados pela Diretoria;
- b) Proceder exclusivamente através de cheques bancários aos pagamentos autorizados pelo Presidente;
- c) Proceder ou mandar proceder a escrituração do livro auxiliar, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- d) Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, providenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da associação.

Art. 32 - Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º em caso de ausência ou vacância.

Art. 33º - REGIMENTO INTERNO - O regimento interno será constituído com base neste estatuto por normas estabelecidas pela Diretoria, baixadas sob forma de resolução.

Art. 34º - Para movimentação bancária, celebração de contratos de qualquer natureza, cedência de direitos e constituição de mandatários, será sempre necessária a assinatura do Presidente e do Tesoureiro, ou seus substitutos legais, devidamente autorizados.

Art. 35º - O Conselho Fiscal da Associação será constituída por 03 membros efetivos e 03 suplentes, eleitos para um mandato de 02 (anos) ano, sendo também permitida a reeleição, com renovação obrigatória de 2/3 dos seus membros.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal considerar-se-á reunido com a participação mínima de 03 de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

Parágrafo 2º - Será lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que julgar necessário por convocação do seu Presidente ou qualquer dos seus membros.

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA

SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA B. DE FREITAS

Av. Apolônio Sales n.º 663

PAULO AFONSO - BA

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

CAPÍTULO V

Da Contabilidade

Art. 36º - A contabilidade da Associação obedecerá as decisões legais ou normativas vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em perfeita ordem e em dia.

Parágrafo Único - As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço será levantado a 03 de Março de cada ano.

CAPÍTULO VI

Dos Livros

Art. 37º - A Associação deverá ter:

- a) Livro de matrícula de associados ou fichas;
- b) Livro de Atas de reunião da Diretoria;
- c) Livro de Atas de reunião do Conselho Fiscal;
- d) Livro de Atas de reunião das Assembléias Gerais;
- e) Livro de presença dos Associados em Assembléias;
- f) Livro Caixa;
- g) Outros Livros, fiscais, contábeis, etc., exigidos por lei e/ou regimento interno.

CAPÍTULO VII

Da Dissolução

Art. 38º - A Associação será dissolvida, por vontade manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observando os artigos 17 e 19 deste estatuto.

Art. 39º - Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os associados, sendo doada a instituição congênera, legalmente constituída e sediada neste município, em atividade, para ser aplicada nas mesmas finalidades da associação dissolvida.

Parágrafo Único - Não havendo sociedade qualificada nos termos deste artigo, o remanescente será destinado ao fundo Social da Solidariedade.

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA
SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA R. DE FREITAS
Av. Apolônio Sales n.º 663
PAULO AFONSO - BA.
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 40º - É vedada a remuneração dos cargos de Diretoria, do Conselho Fiscal, bonificações ou vantagens e dirigentes, mantedor ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 41º - A Associação não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado, aplicado integralmente o "Superávit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de duas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

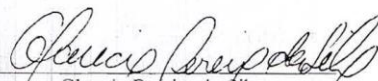
Art. 42º - O presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral de constituição realizada nesta data, na qual foram também eleitos os primeiros membros da diretoria e do Conselho fiscal, provisório ou não, cujos mandatos terminarão em 03 de março de 1999.

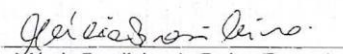
Art. 43º - Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal perdurarão até a realização da Assembleia Geral Ordinária, correspondente ao seu término.

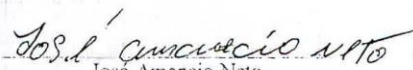
Art. 44º - Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, mediante deliberações tomada em Assembleia Geral Extraordinária, observando o disposto nos artigos 17 e 19, deste Estatuto.

Art. 45º - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, ouvidas as entidades ou órgãos competentes, ou de acordo com a lei, quando a capacidade de seus órgãos sociais for insuficiente para tanto.

Paulo Afonso-BA., 03 de março de 1997.


Gláucia Pereira da Silva
Secretária da Assembleia


Mécia Brasileiro de Freitas Dourado
Presidente da Assembleia


José Amancio Neto
Presidente da Associação


Advogado n.º OAB
Aderval Vanderlei Tenório Filho
OAB 1318/AL 632-A-BA
CPF 134.306.614-04

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA
SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA B. DE FREITAS
Av. Apolônio Sales n.º 663
PAULO AFONSO - BA.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

Associados:

NOME	ASSINATURA
Genivaldo de Souza Teixeira	Genivaldo de Souza Teixeira
Liomar de Alcântara	- Liomar de Alcântara
Agapito Pereira da Silva	Agapito Pereira da Silva
José Carlos Alves Teixeira	- José Carlos Alves Teixeira
Genildo Alves Teixeira	- Genildo Alves Teixeira
Manoel Cícero de Lima	- Manoel Cícero de Lima
João Alves Teixeira	- João Alves Teixeira
Antônio Miguel Ferreira Lima	Antônio Miguel Ferreira Lima
José Adelmo de Alcântara	- José Adelmo de Alcântara
José Batista Teixeira	- José Batista Teixeira
Maria Damiana dos Santos	- Maria Damiana dos Santos
Aderval de Souza Lima	- Aderval de Souza Lima
Manoel Benedito dos Santos	- Manoel Benedito dos Santos
José Arnaldo de Alcântara	- José Arnaldo de Alcântara
Amaro Rodolfo Taveira	- Amaro Rodolfo Taveira
Manoel Feliz dos Santos	- Manoel Feliz dos Santos
Manoel Joséildo de S. Teixeira	- Manoel Joséildo de S. Teixeira
Alexandre Alves Teixeira	- Alexandre Alves Teixeira
Manoel Dias de Farias	- Manoel Dias de Farias

24

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA
SUB-OF. - M^{te} LENY BANISTA R. DE FREITAS
Av. Apolônio Sales n.º 663
PAULO AFONSO - BA.
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

<u>José Francisco Ferreira</u>	- <u>José Francisco Ferreira</u>
<u>José Reinaldo dos Santos</u>	- <u>José Reinaldo dos Santos</u>
<u>Délia de Freitas Lima</u>	- <u>Délia de Freitas Lima</u>
<u>Josivaldo de Souza Teixeira</u>	- <u>Josivaldo de Souza Teixeira</u>
<u>Silvan Santos da Silva</u>	- <u>Silvan Santos da Silva</u>
<u>Antônio Francisco Ferreira</u>	- <u>Antônio Agapito Pereira da Silva</u>
<u>Joselina de Souza Teixeira</u>	- <u>Joselina Souza Teixeira</u>
<u>Amalia Gomes Farias</u>	- <u>Antônio Basílio de Alcântara</u>
<u>Rosália Farias de Alcântara</u>	- <u>Basílio Basílio de Alcântara</u>
<u>Maria Cícera dos Santos</u>	- <u>Maria Cícera dos Santos</u>
<u>Marinalva Alves T. Amancio</u>	- <u>Marinalva Alves Teixeira Amancio</u>
<u>Maria da Glória Q. dos Santos</u>	- <u>Antônio Marinalva Alves Teixeira Amancio</u>
<u>Josivânia Teixeira de Alcântara</u>	- <u>Josivânia Teixeira de Alcântara</u>
<u>Aparecida Farias de Alcântara</u>	- <u>Aparecida Farias de Alcântara</u>
<u>Amália Amancio dos Santos</u>	- <u>Amália Amancio dos Santos</u>
<u>Edite Vieira dos Santos</u>	- <u>Edite Vieira de Freitas</u>
<u>Maria ROSA Alves Teixeira</u>	- <u>Antônio Marinalva Alves Teixeira Amancio</u>
<u>Letícia Lima Silva Teixeira</u>	- <u>Letícia Lima Silva Teixeira</u>
<u>Maria Aparecida SOARES dos Santos</u>	- <u>Maria Aparecida Soares dos Santos</u>
<u>Carmelita Pereira da Silva</u>	- <u>Antônio Marinalva Alves Teixeira Amancio</u>

At

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA
SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA B. DE FREITAS
Av. Apolônio Seles n.º 663

PAULO AFONSO - BA.
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MACAMBIRA

Renaldo Queiroz dos Santos - *Renaldo Queiroz dos Santos*
José Amâncio Neto - *José Amâncio Neto*

Registro Pessoas Jurídicas - Paulo Afonso - BA.

Prenotado em 30 de junho de 1997

Protocolado sob n.º 288 - fls 40 ro L. A-1

Registrado sob n.º 301 - fls 99 ro L. A-04

Registro das Pessoas Jurídicas.

Averbado

Ocorrência Estatuto da Associação dos
Produtores Rurais da Macam-
bira

Oficial

Paulo Afonso, 30 de junho de 1997

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

OFICIAL - ANTONIO ALMEIDA
SUB-OF. - M^{te} LENY BATISTA B. DE FREITAS
Av. Apolônio Seles n.º 663
PAULO AFONSO - BA.



Reconheço a firma *José Amâncio Neto*
em testemunha da verdade
Paulo Afonso, 30 de junho de 1997
Alda Ferreira Soares
TABELANTE